

Projeto será aberto à discussão e deve estar concluído em março

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O projeto de reforma do sistema financeiro brasileiro, que o Banco Central (BC) está montando em conjunto com o Banco Mundial (BIRD), continua avançando mas seu esboço final só deverá estar arrematado a partir de meados de março. O presidente em exercício do BC e diretor da área bancária, Wadico Valdir Bucchi, assegurou ontem aos parlamentares que o interpelaram na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados que a proposta de reforma será aberta para discussão, fora do Executivo, antes de ser colocada em prática.

As linhas gerais do projeto — desregulamentação do sistema; fortalecimento das instituições financeiras; expansão das atribuições daquelas que se concentram hoje em um tipo de atividade (como financeira); e medidas que induzam ao aparecimento do banco múltiplo em substituição à atual configuração dos conglomerados — foram colocadas por Bucchi, sem que tenha entrado em detalhes mais técnicos e operacionais.

Os parlamentares da comissão, presidida pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), centraram suas preocupações em cima de três pontos: qual o destino dos bancos estaduais oficiais e as caixas econômicas a partir da mudança desenhada para o sistema; o que devem esperar os empregados das instituições financeiras, além do fato de o BIRD estar envolvido no projeto.

A deputada Dirce de Quadros (PTB-SP) quis saber por que o projeto de reformulação do sistema financeiro exigia a participação externa e se isso não seria um pretexto para o país tomar recursos no exterior. O projeto da reforma bancária começou a ser elaborado a partir de maio do ano passado, depois que o BIRD reafirmou sua disposição ao governo brasileiro de participar com US\$ 500 milhões.

"O reordenamento independe do BIRD e é uma necessidade para a sociedade que quer pagar menos ju-

ros", disse Bucchi, que não deixou de admitir, no entanto, que o governo pretende manter o fluxo de recursos do BIRD.

BIRD

Fernando Gasparian também foi muito enfático em colocar sua posição contrária à presença do BIRD como co-autor e financiador do projeto e citou, especificamente, a questão da condicionalidade: "Organismos como o BIRD e o Fundo Monetário Internacional (FMI) sempre introduzem condições e receio que, também com relação a este projeto, elas não sejam do interesse da economia brasileira."

Bucchi não chegou a adiantar os efeitos que a reforma poderá trazer sobre o número de empregos no sistema financeiro — a pergunta foi feita pelo presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e deputado pelo RS, Olívio Dutra —, mas informou ao deputado Mussa Demes (PFL-RJ) que a situação das caixas econômicas estaduais pressupõe solução diferenciada: "Todas são instituições capengas, mas é preciso que qualquer subsídio seja explicitado no orçamento dos estados".

Quanto aos bancos estaduais, o presidente em exercício do BC adiantou que os protocolos visando ao saneamento financeiro das instituições sob intervenção do governo federal estão em processo de assinatura, e acenou com um prazo adicional para que possam ser devolvidos aos estados. No caso específico do Banerj, Bucchi acredita que o processo de intervenção só estará terminado ao final deste ano.

Retificação

Na edição do dia 2 de fevereiro erramos ao publicar a taxa do "overnight" fixada pelo Banco Central. O "over" foi cotado em 25,25% ao mês e não 25,5% como havíamos publicado na matéria "O BC reajusta custo do dinheiro" da 1ª página.
